

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.292 - SP (2020/0031699-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : DULCE CONCEICAO DUARTE DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : SILVIA DUARTE DE OLIVEIRA COUTO - SP115071**  
**AGRAVADO : UNIMED DE PRES PRUDENTE COOPERATIVA DE**  
**TRABALHO MEDICO**  
**ADVOGADOS : VICTOR EMMANUEL TEODORO FERREIRA - SP275811**  
**VICTOR FLÁVIO MARTINEZ FRANCO - SP226776**  
**RAFAEL SCALON PACAGNELLA - SP357424**  
**VICTOR MARIN SILVA E OUTRO(S) - SP352050**  
**LUCIANE GRIGOLETTO GUARIZI - SP358950**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por DULCE CONCEICAO DUARTE DE OLIVEIRA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PLANO DE SAÚDE COLETIVO - REAJUSTES - PRETENSÃO DE OBSTAR A OPERADORA DE SAÚDE RÉ A EFETUAR QUALQUER TIPO DE REAJUSTE NA MENSALIDADE DO PLANO DE SAÚDE - ALEGAÇÃO DA AUTORA DE QUE É BENEFICIÁRIA DE PLANO DE SAÚDE DA RÉ DESDE 1998 PORÉM FOI COAGIDA A CONTRATAR NOVO PLANO NO ANO DC 2015 QUANDO JÁ TINHA 74 ANOS QUE IMPLICOU NO AUMENTO SUBSTANCIAL DO VALOR DA MENSALIDADE - NECESSIDADE DO CONTRADITÓRIO MÁXIME A FIM DE SE OBTER MELHORES ELEMENTOS DC CONVICÇÃO ACERCA DA FORMA EM SE DEU ESSA NOVA CONTRATAÇÃO - PROBABILIDADE DO DIREITO NÃO EVIDENCIADA - DECISÃO MANTIDA - NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO

Quanto à controvérsia dos autos, foi interposto recurso especial, pela alínea "a" do permissivo constitucional, onde se requer a reforma de acórdão proferido em agravo de instrumento que visava a concessão de tutela de urgência a fim de que a ré se abstivesse em promover qualquer reajuste nas mensalidades do plano de saúde.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois,

# *Superior Tribunal de Justiça*

conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente